



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1

2

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ

3

Aprovada na 81ª R.O. CERHI-RJ, em 04/07/2018

4

5 Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº  
6 110, 6º andar, Saúde, RJ, com início previsto as 09h30min, realizou-se a 26ª Reunião Extraordinária do  
7 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, e contou com a presença dos(as) senhores(as): **membros**  
8 **titulares:** Livia Romano (SEA), Larissa Ferreira (Substituto - INEA), Daniela Vidal Vasconcelos (Prefeitura  
9 Municipal de Volta Redonda), Fernanda Ferreira de Souza (Substituto - Grupo Águas do Brasil), José Gomes  
10 Barbosa Júnior (Light Energia), Maria Aparecida Pimentel Vargas (ABRAGEL), Zenilson Coutinho (ASFLUCAN),  
11 Mario Porto dos Santos (APEDEMA), Carlos Eduardo Martins de Souza (ACAMPAR-RJ), José Paulo Soares de  
12 Azevedo (COPPE/UFRJ), Friedrich Wilhelm Herms (UERJ), Humberto Albuquerque (ABAS), Vera Lúcia Teixeira  
13 (CBH MPS), Rodolfo Coimbra (Substituto CBH Macaé); Rafaela Facchetti V. Assumpção (CBH Piabanha), Izidro  
14 Paes Leme Arthou Sildecir (CBH BG); **membros suplentes:** Wallace Serafim Pavão (SEA), Keila Ferreira da  
15 Silva (Prolagos S. A.), Adelfran Lacerda de Matos (Águas do Paraíba), Markus S. W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ),  
16 Eloisa Elena Torres (Instituto Baía de Guanabara), João Gomes de Siqueira (UENF), Arnaldo Villa Nova (CBH  
17 LSJ); **ausências justificadas:** Eliane Barbosa (SEA), Giselle de Sá Muniz (SEA), Fernando David de Souza (DRM-  
18 RJ), Anna Gayoso (PGE), Edson Falcão (INEA), Moema Verisani (SEA), Vinicius Crespo (Fecomércio), Flávia  
19 Lanari Coelho (APALMA), Yara Valverde (CI), Daniele G. Nunes (IFRJ), François Lopes Alves (IBDA), José  
20 Alfredo C. Sertã (ABES), Lícius de Sá Freire (CBH R2R); **ausências:** Adriana de Fátima R. Lustosa da Costa  
21 (Ministério do Meio Ambiente), Elaine Cristina C. Fidalgo (Empraba Solos), Marina Bez (FIPERJ), Laize Rafaelle  
22 Aguiar do Santos (Prefeitura Municipal de Sapucaia), Joiciara Maia (Prefeitura Municipal de São João da  
23 Barra), Sildecir Alves Ribeiro (Prefeitura Municipal de Itaocara), Helan A. Cardozo (Prefeitura Municipal de  
24 Silva Jardim), João Alberto Antunes Ribeiro (Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu), Mayná Coutinho  
25 Moraes (CEDAE), Ivan Sá Earp (FIRJAN), César Bassi Costa (Eletrobrás), Rolf Dieringer (Sindicato dos  
26 Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu), Alessandra Seródio (FAERJ), Maicon A. R. Carvalho (SindPesca  
27 RJ), Carlos V. N. Tavares (APROMEPS), Maria Eduarda Ribeiro Silva (NEA-BC), José Miguel da Silva (Ecocidade  
28 Cidade), Alexandre A. de Souza (AHOMAR), Miguel Fontes de Souza (Instituto Ambiental Conservacionista 5º  
29 Elemento), Hilário de Magalhães Santos (CBH BPSI), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Thiago Oliveira  
30 Menezes (CBH BIG), Eduardo Dantas (CEIVAP); **convidados:** Tatiane Araújo (SEA/INEA), Alexandre Spindola  
31 (INEA), Nelson Reis (OMA-BRASIL). Após verificação de quórum a reunião teve início às 10h35min, com o  
32 único item de pauta: PROGESTÃO: a) Aprovação do Plano de Capacitação, b) Aprovação do Plano Plurianual  
33 de Investimentos e c) Aprovação do formulário de autoavaliação das variáveis estaduais. **Item único:**  
34 **PROGESTÃO: a) Aprovação do Plano de Capacitação.** A Presidente do Conselho iniciou a reunião  
35 desculpando-se pelo seu atraso. O Sr. José Paulo falou que é um dos membros do grupo de trabalho do  
36 PROGESTÃO e que este grupo tem o objetivo de discutir as proposições do PROGESTÃO e que nenhuma das  
37 reuniões realizadas pelo grupo teve uma discussão sobre este assunto e que discordava das aprovações às  
38 vésperas do prazo para a entrega dos documentos do PROGESTÃO. A Srta. Livia Soalheiro iniciou a  
39 apresentação e explicou que o PROGESTÃO é um projeto da Agência Nacional de Águas com o objetivo do  
40 fortalecimento do Sistema de Gerenciamento Estadual de Recursos Hídricos, tendo assim uma coligação  
41 forte com o Conselho Estadual. É o Conselho Estadual que aprova as metas que irão ser cumpridas ao longo  
42 desse contrato, que também avalia o cumprimento dessas metas, que aprova os planos de capacitação e o  
43 plano plurianual, que faz o acompanhamento desse programa que teve seu início em 2013. Seu primeiro  
44 ciclo em 4 (quatro) anos, mas consideram 5 (cinco) anos. No primeiro ciclo era pouco desafiador para o  
45 Estado do Rio de Janeiro, esclarecendo que segundo ciclo estava sob a responsabilidade da Sra. Gabriela  
46 Campagna (SEA). A Srta. Livia falou que assumiu o segundo ciclo do PROGESTÃO no início do mês de abril e  
47 que vai entregar os relatórios e apresentação do plano de capacitação. Explicou que tentou fazer um resgate  
48 do plano de capacitação e que são muitas variáveis, aproximadamente 30 (trinta). As variáveis Estaduais não



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

49 tem exigência de cumprimento nesse ano, mas sim de apresentação do relatório para o Conselho. A partir de  
50 2019 já terá o mínimo de variáveis Estaduais a serem cumpridas e a partir daí já será possível contar com o  
51 atual relatório quais são as principais dificuldades encontradas para os próximos anos do PROGESTÃO. Em  
52 seguida a Srta. Livia Soalheiro falou que iria passar para o Plano de Capacitação e que a Sra. Elaine Costa iria  
53 ajudá-la na apresentação. O Sr. José Paulo comentou que seria bom colocar no relatório se estava bom ou  
54 ruim o monitoramento das águas e a Srta. Livia Soalheiro explicou que após a reunião iria fazer modificações  
55 na apresentação e no relatório, e que faria um destaque no item de monitoramento. Em seguida, a Srta. Livia  
56 Soalheiro explanou sobre o Panorama Estadual do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos,  
57 que é composto por 9 (nove) regiões hidrográficas e que a cobrança está implantada e atualizada nas 9  
58 (nove) regiões, tem 4 (quatro) instrumentos equiparados a planos de bacias que são os Comitês, e, ainda,  
59 que tem alguns trechos de rio enquadrados na RH II que até o ano de 2016 o CNARH contava com 2.712 (dois  
60 mil, setecentos e doze) usuários cadastrados e que a legislação está em constante atualização, pois o  
61 Conselho é muito ativo neste ponto. Explicou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos foi aprovado em  
62 2014 e que consideram a divisão hidrográfica atualizada, pois foi aprovada no plano, porém com um sistema  
63 de informação ineficiente. Explanou sobre o monitoramento de qualidade e quantidade de água existente,  
64 com 45,16% da demanda outorgada, e neste caso o dado é de 2016, sendo o último dado colocado no  
65 relatório do PROGESTÃO. O Sr. João Siqueira questionou se não seria mais correto dizer que o  
66 monitoramento, a qualidade e a quantidade das águas não estavam completos, e a Srta. Livia Soalheiro  
67 esclareceu que nem toda a cobertura do Estado do Rio de Janeiro está contemplada dentro deste  
68 monitoramento e que isso também será destacado no relatório. Dando continuidade a apresentação, a Srta.  
69 Livia Soalheiro disse que 5 (cinco) regiões hidrográficas são atendidas com programas de pagamentos por  
70 serviços ambientais. Falou, também, que os desafios do SEGRH são: Fortalecer os instrumentos de caráter  
71 democrático na gestão das águas, permitindo a maior participação dos interessados no processo de decisão;  
72 buscar soluções para a implementação dos Sistemas de Informações; otimizar o processo de outorga e  
73 buscar melhorias para a manutenção do monitoramento quali-quantitativo de água; modernizar os  
74 instrumentos de gestão com a adoção de princípios, como descentralização, transparência e participação  
75 popular; e ter uma multiplicidade de agentes capacitados, afim de mitigar os conflitos provocados pela  
76 processo de decisão. O Sr. Humberto Albuquerque questionou por que as informações apresentadas eram de  
77 2016 e não de 2017, e a Srta. Livia Soalheiro explicou que o relatório do ano de 2017 seria aprovado nesta  
78 reunião e por isso os dados eram de 2016. Falou sobre as motivações do Plano de Capacitação, que são:  
79 Empreender ações continuadas de capacitação conjugadas aos desafios do Sistema Estadual de Recursos  
80 Hídricos, facilitando o alcance das metas, a efetiva melhoria dos serviços prestados pelo Sistema; e permitir a  
81 oferta de formação em escala, reduzindo o custo por beneficiado e otimizando o resultado das ações  
82 empreendidas, e o cumprimento da Meta do PROGESTÃO. A Srta. Livia Soalheiro apresentou o histórico do  
83 Plano de Capacitação para o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos no CERHI-RJ e  
84 informou sobre os eventos e reuniões que foram realizados, conforme a seguir: dia 23/01/2018 foi realizado  
85 o Workshop preparativo para elaboração do Plano de Capacitação do Sistema Estadual de Gerenciamento de  
86 Recursos Hídricos capacitação para o CERHI-RJ e SEA/INEA; dia 27/03/2018 foi realizada a apresentação da  
87 proposta de plano de capacitação e do PPA para o GT PROGESTÃO; no dia 02/04/2018 ocorreu a  
88 apresentação prévia do plano de capacitação para o CERHI-RJ, SEA e INEA; e no dia 05/04/2018 foi  
89 encaminhado um e-mail solicitando as contribuições dos membros do CERHI-RJ ao plano de capacitação  
90 apresentado, dando prazo até 11/04/2018 para o envio das contribuições. A representante da SEA passou a  
91 palavra para a Sra. Elaine Costa (SEA) para apresentar as etapas de construção do Plano de Capacitação do  
92 SEGRH com as propostas de capacitações de 2018 até 2021. O Sr. José Paulo comentou que sobre a  
93 capacitação não tinha mais o que discutir, e que tanto a capacitação quanto o sistema de informação serão  
94 discutidos nas CTs e nos GTs com o INEA, porém de uma forma muito mais ampla e não apresentando um  
95 relatório já pronto. O Plano de Capacitação foi colocado em votação e em seguida aprovado; **b) Aprovação**  
96 **do Plano Plurianual de Investimentos.** A Srta. Livia Soalheiro explanou sobre a aprovação de PPA para os



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

97 anos de 2018 a 2021. Informou que o crédito existente está sendo usado para os projetos do PROGESTÃO,  
98 sendo uma parcela para o monitoramento. Falou sobre os temas prioritários de proposição e que o  
99 entendimento foi que o Sistema de Informação é o grande gargalo. Ressaltou que isso já estava sendo  
100 apontado há algum tempo, principalmente no sistema de outorga, Monitoramento Quali-quantitativo,  
101 Hidrologia e Balanço Hídrico, e que a proposta é alocar recursos com o objetivo de conceber e implementar  
102 um Sistema de Informação modular e integrador, que garanta a unificação dos bancos de dados de Recursos  
103 Hídricos geridos pelo Inea e demais parceiros, com o foco principal na outorga, monitoramento quali-  
104 quantitativo, hidrologia e balanço hídrico. Informou que o Plano de Segurança Hídrica que tem como  
105 objetivo o desenvolvimento do Plano Estadual de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro de maneira  
106 modular contemplando os diagnósticos da situação da segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro nos 3  
107 (três) pilares de atuação: Garantia da Oferta Hídrica, Garantia da Qualidade Ambiental e Proteção dos riscos  
108 associados as águas. Falou, ainda, do custeio de passagens, hospedagens, capacitações e/ou eventos  
109 exclusivamente para atender as metas do PROGESTÃO com o objetivo de apoiar a participação dos atores  
110 responsáveis pelos atingimentos das metas institucionais do PROGESTÃO em capacitações e eventos que  
111 contribuam para o alcance dos objetivos das metas. A ideia é que o PROGESTÃO tenha recursos para  
112 capacitações e eventos relacionados às metas do PROGESTÃO para que o Conselho garanta uma  
113 participação. O Sr. José Paulo falou que tem que estar muito atento a tudo isso, pois o projeto está sujeito a  
114 avaliação do Ministério Público e ressaltou que todos os gastos tem que ter um detalhamento muito grande  
115 de cada ação, incluindo quanto custará. A Srta. Livia Soalheiro falou que qualquer uso de recurso é sempre  
116 aprovado por este Conselho. O Sr. José Paulo considera importante evoluir para um acompanhamento mais  
117 detalhado e que, segundo ele, como isto nunca foi feito, tem que começar a ser feito. Em seguida, a  
118 representante da SEA, explanou sobre os últimos temas prioritários, que são: publicações (material  
119 informativo/educativo) com o objetivo de apoiar a elaboração e divulgação de publicações que contribuam  
120 para a melhoria do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Plano de Capacitação que tem como  
121 objetivo apoiar a implementação das capacitações previstas no Plano de Capacitação do Sistema de  
122 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em seguida a Presidente do CERHI-RJ colocou este item em votação e o  
123 mesmo foi aprovado por unanimidade. **c) Aprovação do formulário de autoavaliação das variáveis**  
124 **estaduais.** A Srta. Livia Soalheiro expos sua preocupação, pois o documento a ser aprovado era bem extenso  
125 e devido o adiantado da hora iria levar mais tempo e que por esse motivo iria otimizar a apresentação.  
126 Explanou sobre as variáveis estaduais, que são: 1.1) Organização Institucional: que vai requerer se existe um  
127 órgão específico para a gestão de recursos hídricos; 1.2) Gestão de Processos: se existe procedimentos  
128 internos específicos e claros no órgão gestor; 1.3) Arcabouço Legal: se existe um conjunto de normas em  
129 constante atualização; 1.4) Conselho Estadual de Recursos Hídricos: saber se o Conselho é atuante, se realiza  
130 reuniões, se é participativo; 1.5) Comitês de Bacias e outros organismos colegiados: é saber se todos os  
131 Comitês são distribuídos ou não; 1.6) Agência de Água ou de Bacia ou similares: fala sobre as questões da  
132 Entidade Delegatária. Neste caso, se a Agência de Água ou de Bacia ou similares está exercendo plenamente  
133 as funções previstas na legislação, na maioria das bacias hidrográficas. A Srta. Livia Soalheiro explicou que  
134 tem entidades delegatárias em todas as regiões hidrográficas do território e que elas exercem plenamente as  
135 atribuições que lhe foram estabelecidas. O Sr. José Paulo perguntou sobre o problema ocorrido com o CBH  
136 Lago São João e a Srta. Livia respondeu que este problema foi resolvido e que o mesmo foi abordado no  
137 relatório do ano passado, dizendo que existia um problema e que as pendências estavam sendo  
138 solucionadas. O Sr. José Paulo questionou se não caberia colocar no relatório que este problema foi sanado e  
139 que achava importante dizer que foi superado. A Srta. Livia falou que iria colocar esta observação no  
140 documento; 1.7) Comunicação Social e Difusão de Informações: não existe um plano de informação social  
141 para o sistema, e que esse é um tema que será trabalhado para o futuro mais que não é uma prioridade; 1.8)  
142 Capacitação: é o plano de capacitação; 1.9) Articulação com setores usuários e transversais: é questionar se  
143 existe articulação no setor de usuários e transversais com a gestão de recursos hídricos, ressaltando que  
144 existe sim, não sendo das melhores mais existe; 2.1) Balanço Hídrico: é a existência do balanço hídrico,



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

145 sempre com base no Plano Estadual; 2.2) Divisão Hidrográfica: se existe uma divisão hidrográfica atualizada e  
146 isto sempre foi respondido com base no plano estadual; 2.3) Planejamento Estratégico: muitas vezes existe  
147 um planejamento tático e operacional aprovado para orientar as ações da administração pública na área de  
148 recursos hídricos. Existe uma exigência para o cumprimento desta meta; 2.4) Plano Estadual de Recursos  
149 Hídricos: o plano está atualizado com mais de 30% com as ações implementadas. 2.5) Plano de Bacias: são os  
150 planos de bacia vigente em mais de 75% do território; 2.6) Enquadramento: existência de alguns portos  
151 hídricos superficiais ou subterrâneos enquadrados; 2.7) Estudos Especiais de Gestão: nesta variável é  
152 colocado toda e qualquer estudo que vai auxiliar na gestão; 3.1) Base Cartográfica: para ter uma base  
153 cartográfica 1 para 50.000 e 1 para 25.000 que é o que se tem disponível no INEA. O Sr. José Paulo falou que o  
154 BDE é a espinha dorsal do desenvolvimento do Sistema de Informações, mas que ele incluiria também o Siga  
155 Ceivap, pelo menos para os Comitês afluentes como o CBH Paraíba do Sul indo afluente ao CBH Guandu. A  
156 Srta. Lívia falou que iria fazer essas duas inclusões; 3.2) Cadastro de Usuários, Usos e Interferências: se existe  
157 cadastro de usuários maior que 50% do universo de vazões estimadas. A estimativa é que esse cadastro  
158 atinja 80% das vazões estimadas no Plano Estadual; 3.3) Monitoramento Hidro meteorológico: existem  
159 medições e estações instaladas e isso corresponde a mais de 50% da rede planejada; 3.4) Monitoramento de  
160 Qualidade de Água: existe um monitoramento da qualidade com análises laboratoriais revisadas pelo INEA;  
161 3.5) Sistema de Informação: existem informações em bancos de dados individuais e que esses bancos de  
162 dados não tem nenhum tipo de comunicação entre eles. Existe o acesso a dados brutos através de links,  
163 como por exemplo, o alerta de cheia, mas que é importante sim um sistema de informação; 3.6) Pesquisa,  
164 desenvolvimento e Inovação: se existem algumas ações financiadas no sistema voltadas para apoio a  
165 pesquisa científica, das quais fazem parte de um programa de desenvolvimento. Essas ações existem sim e  
166 fazem parte de um programa de desenvolvimento de alguns comitês, mas que não existe um programa  
167 Estadual de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de recursos hídricos; 3.7) Modelos e  
168 Sistemas de Suporte à Decisão: existem modelos e sistemas de suporte à decisão sim, os quais estão  
169 interligados as rotinas operacionais e aos processos gerenciais do órgão gestor; 3.8) Gestão de Eventos  
170 Críticos: se existe infraestrutura, procedimentos e planejamento na gestão de eventos críticos. Há  
171 infraestrutura, procedimentos e planejamento, principalmente no sistema de alerta, radares meteorológicos  
172 e controle de cheias; 4.1) Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos: há a emissão de outorga para  
173 mais de 50% da demanda estimada. Essa afirmativa é positiva, pois foram feitas com base nos registros feitos  
174 do CNARH até dezembro de 2018; 4.2) Fiscalização: se existe uma fiscalização específica para a área de  
175 recursos hídricos. Essa fiscalização não existe, pois o órgão é integrado a ações planejadas de forma  
176 específica, mas não é feita uma fiscalização só para recursos hídricos; 4.3) Cobrança: ressalta o aumento do  
177 PPU em 100% dos comitês em todas as regiões hidrográficas; 4.4) Sustentabilidade Financeira: se existem  
178 fontes próprias para o sistema de gestão de recursos hídricos; 4.5) Infraestrutura Hídrica: se a área de  
179 recursos hídricos tem interferência, participação e influencia na gestão de infraestrutura hídrica. Existe o  
180 diálogo e interferência sim na área de infraestrutura hídrica; 4.6) Fundo Estadual de Recursos Hídricos: fundo  
181 criado para dar suporte financeiro, de custeio e investimento, ao sistema estadual de gerenciamento de  
182 recursos hídricos. O FUNDRHI é operante e a aplicação de seus recursos respeita os processos e instrumentos  
183 de gestão de responsabilidade do sistema estadual de recursos hídricos; 4.7) Programas e Projetos Indutores:  
184 Voltado para PSA. Se existem programas e projetos indutores na gestão de recursos hídricos em  
185 determinadas regiões de bacias hidrográficas. Cita que existem programas sendo realizados em 5 (cinco) das  
186 9 (nove) regiões hidrográficas. A Srta. Lívia Soalheiro falou sobre o incentivo fiscal e o Sr. José Paulo  
187 comentou que incluiria sobre propor incentivos neste item. A Srta. Lívia Soalheiro encerrou a apresentação  
188 como resumo do relatório. A presidente do CERHI-RJ colocou em votação a aprovação do formulário de  
189 autoavaliação das variáveis estaduais, sendo aprovado por unanimidade. **Encaminhamentos: 1)** O Sr. João  
190 Siqueira propôs que o GT PROGESTÃO mude urgentemente de grupo de trabalho para grupo de  
191 acompanhamento; **2)** A Sra. Maria Aparecida Vargas lembrou que existe uma demanda urgente do Conselho  
192 que é realizar a revisão do Regimento Interno e será feito em breve; **3)** A Sra. Maria Aparecida Vargas propôs



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

193 que antes dos assuntos com as aprovações de recursos serem levados diretos a Plenária, deveria haver uma  
194 reunião com os coordenadores das CTs para posteriormente ser apresentado em conjunto e aprovado no  
195 Conselho. E não havendo mais nada a tratar, a Presidente do CERHI-RJ, Sra. Maria Aparecida Vargas,  
196 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 26ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de  
197 Recursos Hídricos – CERHI-RJ, às 13h 16min.

198

Maria Aparecida Pimentel Vargas  
Presidente CERHI-RJ

Friedrich Wilhelm Herms  
Vice Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa  
Secretária Executiva CERHI-RJ

Apno./Blfs./Fwh./Lsr.80ºRO CERHI-RJ – 04/07/2018

---